



# Principais alterações na Norma de Frutas e Legumes do Comércio Justo

---

## **Norma Fairtrade para Frutas e Vegetais destinada a Organizações de Mão de Obra Contratada (HLOs) e Comerciantes**

A Norma Fairtrade de Frutas e Vegetais revisada para Organizações de Mão de Obra Contratada (HLOs) e Comerciantes é o resultado de uma revisão completa realizada em 2024. A Norma Fairtrade de Frutas e Vegetais revisada foi aprovada em duas reuniões pelo Comitê de Normas em dezembro de 2024 e julho de 2025.

Este documento identifica as principais alterações feitas à Norma. Inclui uma tabela que descreve com mais detalhes a extensão das alterações feitas, seguindo a estrutura da Norma revisada.

Este documento não descreve o conteúdo das alterações em detalhes. Ele não substitui um estudo detalhado da Norma revisada e não faz parte da Norma.

### **Principais alterações:**

- Revisão completa das normas para Frutas Frescas, Vegetais Frescos e Frutas e Vegetais Preparados e Conservados.
- Fusão das normas para Frutas Frescas, Vegetais Frescos e Frutas e Vegetais Preparados e Conservados
- Alinhamento com as alterações na Norma para Comerciantes Fairtrade.

### **Visão geral da nova Norma Fairtrade para Frutas e Vegetais:**

Esta tabela mostra as principais alterações. Novos requisitos ou seções estão marcados como “Novo”.

A Norma de Frutas e Vegetais substituirá as normas unificadas a partir de 1º de janeiro de 2027, passando a ser aplicável a todas as organizações a partir dessa data.

### Visão geral da nova Norma de Frutas e Vegetais:

Esta tabela mostra as mudanças mais importantes, especificando se são modificações ou novas adições.

Seção da Norma	Tipo de alteração	Nova Norma 2026	Comentários
<b>1. Requisitos gerais e compromisso com o Comércio Justo</b>			
<b>1.1 Certificação</b>	Nova	- 1.1.1 Empresas de banana	Para gerenciar a oferta de bananas Fairtrade no mercado, incentiva-se as organizações comprometidas com a missão e os princípios do Fairtrade a obterem a certificação Fairtrade
<b>2. Desenvolvimento Social</b>			
<b>2.1 Gestão do Prêmio Fairtrade</b>	Alterado	- 2.1.1 Relatórios sobre o Prêmio	Simplificar a exigência e permitir que os ajustes nos indicadores de relatório sejam feitos independentemente da exigência de relatório genérica.
<b>3. Condições de Trabalho</b>			
<b>3.1 Condições de emprego</b>	Alterado	- 3.1.1 Salários mínimos	Clarificou-se a referência utilizada para calcular o salário mínimo.
	Alterado	- 3.1.3 Prêmio Fairtrade	Para alinhar a exigência com a interpretação publicada, observe que esta alteração de esclarecimento foi proposta. Para maximizar o impacto do Prêmio Fairtrade e ajudar a eliminar as diferenças salariais nas plantações certificadas, propõe-se distribuir até 30% do Prêmio Fairtrade entre os trabalhadores que ganham menos do que o valor de referência do Salário Mínimo, até que atinjam esse valor.
	Alterado	- 3.1.4 Relatórios de dados salariais	Para permitir o relatório digitalizado de dados salariais à Fairtrade International, o que é de importância estratégica para medir o impacto do Preço Mínimo Fairtrade, do Prêmio

Seção da Norma	Tipo de alteração	Nova Norma 2026	Comentários
			Fairtrade e do Preço de Referência do Salário Mínimo de Subsistência Fairtrade.
<b>4. Desenvolvimento ambiental</b>			
<b>4.1 Proteção ambiental</b>	Alterado	- 4.1.1 Manejo integrado de ervas daninhas	Para melhorar as disposições ambientais na norma de frutas e hortaliças, propõe-se ampliar o escopo da exigência para todas as organizações de produtores de frutas e hortaliças.
	Novo	- 4.1.2 Avaliação de riscos ambientais	As normas para frutas e hortaliças baseiam-se principalmente nos requisitos das normas genéricas para abordar os temas ambientais e de mudanças climáticas. Durante a fase de pesquisa, as partes interessadas levantaram a preocupação de que isso deveria ser tratado ativamente nesta norma.
	Novo	- 4.1.3 Elaboração do plano de ação ambiental	Uma vez que a organização tenha realizado a avaliação de riscos, é importante utilizar os dados coletados para criar planos que forneçam medidas viáveis para gerenciar os riscos identificados.
	Novo	- 4.1.4 Implementação do plano de ação ambiental	Como etapa lógica final em resposta ao risco ambiental, a etapa de implementação é uma das mais importantes, pois prevê as ações necessárias para responder ao risco identificado.
<b>5. Comércio</b>			
<b>5.1 Rastreabilidade</b>	Alterado	- 5.1.1 Sistema de rastreabilidade	Adicionou o FLO-ID como informação que deve constar na embalagem.
<b>5.2 Contratos</b>	Alterado	- 5.2.1 Contratos de Comércio Justo para pagadores	Para padronizar os contratos relativos a frutas e hortaliças frescas e para complementar os requisitos, conforme

Seção da Norma	Tipo de alteração	Nova Norma 2026	Comentários
			necessário.
	Alterado	- 5.2.3 Contratos tripartidos com produtores de laranjas para suco	Aumentar a transparência entre os três primeiros atores da cadeia de abastecimento.
<b>5.4 Preços e condições de pagamento</b>	Alterado	- 5.4.11 Pagamento pontual do FMP para laranjas para sucos	Ambos os requisitos existentes foram unificados (FF HLO 5.4.13 e P&P HLO 5.5.4) da Norma de Frutas Frescas e da Norma de Frutas Preparadas e Conservadas.
<b>5.5 Partilha de riscos</b>	Alterado	- 5.5.1 Informações a serem incluídas em uma declaração de qualidade	São introduzidas informações adicionais a serem fornecidas ao emitir uma declaração de qualidade.
	Alterado	- 5.5.3 Reclamações de qualidade dos amadurecedores	Prazos indicados, caso os amadurecedores recebam o produto diretamente do porto de destino.
	Alterado	- 5.5.6 Cobrança do custo da reclamação de qualidade	Agora inclui os custos de triagem e destruição.
	Novo	- 5.5.16 Condições de pagamento em caso de retrocertificação	Agora estipula um prazo de pagamento nos casos em que o comprador solicita a retrocertificação. Ampliar a aplicabilidade aos vegetais.
	Alterado	- 5.5.17 Informação aos produtores sobre a retrocertificação	A exigência agora inclui um prazo para informar aos produtores que os compradores solicitaram a retrocertificação. Ampliar a aplicabilidade aos vegetais.
	Alterado	- 5.5.18 Informação ao organismo de certificação sobre a retrocertificação	O requisito agora inclui um prazo para informar o organismo de certificação de que o comprador solicitou a retrocertificação. Ampliar a aplicabilidade aos vegetais.
<b>5.6 Comércio com integridade</b>	Novo	- 5.6.1 Condições dos contratos Fairtrade	A adição visa reduzir as práticas desleais que ocorrem quando alguns comerciantes se oferecem para comprar sob os termos do Comércio Justo, caso o produtor também lhes venda em termos convencionais com desconto para

Seção da Norma	Tipo de alteração	Nova Norma 2026	Comentários
			compensar o preço pago na transação do Comércio Justo.
	Novo	- 5.6.2 Preço mínimo do Comércio Justo ao longo da cadeia de abastecimento	Essa alteração proporcionará salvaguardas para produtores e comerciantes ao longo da cadeia de abastecimento, de modo que o preço que recebem seja, no mínimo, o preço mínimo, e não sejam permitidos descontos no preço.
	Novo	- 5.6.3 Condições de pagamento justas	Isso proporcionará garantias aos produtores para reduzir as condições de pagamento exigidas pelos comerciantes ao longo da cadeia de abastecimento.